

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS CONTEMPORÂNEOS

Carlos Eduardo Fisch de Brito¹
Ralph Leal Heck²

Resumo

O objetivo deste artigo é esboçar um perfil do pensamento racionalista contemporâneo. A tarefa é realizada por meio da leitura de textos selecionados de três autores: J. Haugeland, D. Dennett e R. Brandom. E o trabalho não é feito de uma só vez, mas se desenrola em três etapas. Primeiro, a leitura de Haugeland nos dá uma caricatura do racionalismo: a máquina que joga xadrez. Daí, apoiando-se nesse esboço, a leitura de Dennett amplia os nossos horizontes, abarcando a intencionalidade das atividades práticas. Tomando esse desenho como base, a leitura de Brandom adiciona uma nova dimensão semântica ao esquema: a normatividade. Mas, ao final do trabalho, o que nós obtemos não é uma figura com linhas bem definidas – que demarca e caracteriza o pensamento racionalista contemporâneo. Isso acontece porque, durante todo o trajeto, nós alternamos as tentativas de examinar as suas fronteiras a partir de dentro e a partir de fora – examinando aquilo que os autores têm a dizer e aquilo que eles não dizem; as suas ideias e as limitações do seu ponto de vista. Assim, ao mesmo tempo em que vamos produzindo o nosso retrato, também vamos jogando luz no plano de fundo, examinando aquilo que precisa estar lá para que o racionalismo possa operar. Finalmente, concluímos o artigo apontando para esse elemento que tornaria a história mais completa, utilizando o conceito de dupla determinação.

Palavras-chave: Racionalismo; Linguagem; Intencionalidade; Máquina; Dupla determinação.

24

A BRIEF PHILOSOPHICAL JOURNEY WITH CONTEMPORARY RATIONALISTS

Abstract

The aim of this article is to outline a profile of contemporary rationalist thought. This task is carried out through the reading of selected texts from three authors: J. Haugeland, D. Dennett, and R. Brandom. The work is not done all at once but unfolds in three stages. First, the reading of Haugeland gives us a caricature of rationalism: the chess-playing machine. Then, building on this sketch, the reading of Dennett broadens our horizons, encompassing the intentionality of practical activities. Taking this drawing as a basis, the reading of Brandom adds a new semantic dimension to the scheme: normativity. However, by the end of the work, what we obtain is not a figure with well-defined lines that delineates and characterizes contemporary rationalist thought. This happens because, throughout the journey, we alternate between attempts to examine its boundaries from within and from without – examining what the authors have to say and what they do not say, their ideas and the limitations of their point of view. Thus, while we produce our portrait, we also shed light on the background, examining what needs to be there for rationalism to operate. Finally, we conclude the article by pointing to this element that would make the story more complete, using the concept of double determination.

Keywords: Rationalism; Language; Intentionality; Machine; Double determination.

¹ Professor do Departamento de Computação da Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do grupo LogIA (UFC). Contato: carlos@lia.ufc.br ORCID: 0000-0002-9652-8277.

² Professor do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisador do grupo LogIA (UFC) e coordenador do grupo E-TICa (UFC). Contato: ralph.heck@ufc.br ORCID: 0000-0002-9827-1743.

1. Introdução

No contexto da tradição filosófica, o termo “racionalismo” é entendido em contraposição ao termo “empirismo”. Ambos os termos se referem a correntes de pensamento que buscam fundamentar o nosso conhecimento sobre o mundo – i.e., “the world beyond our own minds”. E a diferença entre elas diz respeito à instância em que esses fundamentos são procurados. Markie e Folescu (2023) explicam que “a full-fledged rationalist (...) holds that some external world truths are and must be innate”³ (ou *a priori*). Eles citam Descartes como exemplo, dizendo: “we can know by intuition and deduction that God exists and created the world, [and] that our mind and body are distinct substances”. Em contrapartida, “the full-fledged empiricist replies that (...) experience is our sole source of information”⁴. Rorty em Sellars (1997, p. 4) cita como exemplo Locke, Berkeley e Hume, que acreditavam que “[we are] aware of certain determinate sorts (...) simply by virtue of having sensations and images”⁵. E em seguida temos a réplica racionalista de Sellars (1997, p. 63): “all awareness of sorts, resemblances, facts, etc (...) is a linguistic affair”⁶ – o que já indica que a atenção dos racionalistas vai se voltar naturalmente para a linguagem.

Nos dias de hoje, ainda encontramos autores que se debruçam sobre questões como a caracterização do conteúdo *a priori*. Mas, em larga medida, a qualificação de ‘racionalista’ é adotada por autores que têm outras questões em mente. Por exemplo, quando Weiss e Wanderer declaram Brandom um “linguistic rationalist”, é no sentido “[of the] privileging of speech, of asserting over and above all other acts”⁷ (2010, p. 3). O que está por trás aqui é o interesse pelo fenômeno da racionalidade, ou aquilo que caracteriza a experiência humana, distinguindo-nos dos outros animais. Para Brandom, isso passa fundamentalmente pela linguagem. Outro exemplo é dado por Dennett, que não enfatiza a distinção entre seres humanos, animais, artefatos e máquinas, englobando todos no fenômeno geral da intencionalidade. Mas, ao formular o seu entendimento sobre os sistemas intencionais, Dennett recomenda (1998, p. 17) “treating the object (...) as a

³ “Um racionalista pleno (...) sustenta que algumas verdades sobre o mundo externo são e devem ser inatas”.

⁴ “Podemos saber, por intuição e dedução, que Deus existe e criou o mundo, [e] que nossa mente e corpo são substâncias distintas”. Em contrapartida, “o empirista pleno responde que (...) a experiência é nossa única fonte de informação”.

⁵ “[temos] consciência de certos tipos determinados (...) simplesmente em virtude de termos sensações e imagens”.

⁶ “toda percepção de tipos, semelhanças, fatos, etc (...) é uma questão linguística”.

⁷ “[do] privilégio da fala, do ato de afirmar acima de todos os outros atos”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

rational agent”⁸. Isto é, intencionalidade e racionalidade são basicamente a mesma coisa para ele, e a última está associada a alguma forma de comportamento inteligente. O nosso terceiro exemplo é Haugeland e as suas investigações sobre a inteligência artificial. Haugeland (1989, p. 4) observa que “computers (...) can manipulate ‘tokens’ in any specifiable manner”⁹. E conclui que “apparently we need only arrange for (...) the manipulations to be rational, to get a machine think”¹⁰.

O ponto aqui é que nós encontramos um grupo de autores gravitando em torno do tema da racionalidade. Não apenas isso, mas eles se reconhecem como fazendo parte de um projeto comum, e não hesitam em sugerir correções de rumo uns aos outros. Por exemplo, Brandom (2001, p. 99) observa que “Dennett understands intentionality in terms of rationality (as the view being developed here does)”¹¹, mas recrimina as suas pressuposições formalistas. Dennett aceita a reprimenda dizendo “I accept Brandom's use of me as a bad example of the formalist approach”¹². Mas acrescenta logo em seguida: “I do not agree with him about the origin of norms, however”¹³. Em outro lugar nós encontramos Haugeland (1982, p. 613) elogiando a “splendid collection, Brainstorms”¹⁴ de Dennett, para em seguida observar que “an account of rationality is essential, and Dennett offers us one. His account, however, is completely unsatisfactory”¹⁵.

O objetivo deste artigo não é examinar essas polêmicas, mas investigar o projeto comum dos racionalistas contemporâneos. Sucintamente, nós queremos saber o que está em jogo quando esses autores se identificam como racionalistas – i.e., quais são as questões em que eles estão interessados e quais são as estratégias que eles utilizam para respondê-las. O plano para alcançar esse objetivo não envolve a tentativa de formular uma síntese do pensamento desses autores – o que exigiria a leitura e sistematização de um grande volume de material. Ao invés disso, a nossa proposta é entrar em diálogo direto com textos selecionados deles. Nesse processo, nós fazemos os nossos questionamentos

⁸ “tratar o objeto (...) como um agente racional”

⁹ “computadores (...) podem manipular ‘símbolos’ de qualquer maneira especificável”

¹⁰ “aparentemente, precisamos apenas organizar para que (...) as manipulações sejam racionais, para fazer uma máquina pensar”.

¹¹ “Dennett entende a intencionalidade em termos de racionalidade (como a visão que está sendo desenvolvida aqui)”.

¹² “Aceito o uso que Brandom faz de mim como um mau exemplo da abordagem formalista”.

¹³ “Não concordo com ele quanto à origem das normas, entretanto”.

¹⁴ “Uma coleção esplêndida, Brainstorms”.

¹⁵ “Uma explicação da racionalidade é essencial, e Dennett nos oferece uma. Sua explicação, no entanto, é completamente insatisfatória”.

e expomos a nossa perplexidade, enveredando por caminhos que não foram percorridos pelos autores.

É precisamente aqui que se encontra a primeira contribuição desse trabalho, na forma da elucidação de algumas questões pontuais. Especificamente, a discussão de Haugeland nos dá a oportunidade de examinar em detalhe diversos casos onde nós colocamos um sistema para seguir as regras de outro sistema – o que corresponde ao fenômeno da programação. A discussão de Dennett nos dá a oportunidade de examinar a diferença entre as maneiras como as máquinas e os seres humanos jogam xadrez. Esse exame lança luz sobre como as nossas atividades práticas são apoiadas por esquemas conceituais, e como a linguagem nos permite criar jogos dentro de jogos. Finalmente, a discussão de Brandom é centrada na dimensão normativa da linguagem, o que nos dá a oportunidade de catalisar os nossos esforços e formular uma crítica ao ponto de vista racionalista, na forma da caricatura da intencionalidade do robô. Aqui se encontra a segunda contribuição desse trabalho, que consiste na tentativa de formular um vocabulário da dupla determinação, para superar os limites da narrativa racionalista. O desenvolvimento sistemático desse vocabulário bem como o seu uso para a investigação da intencionalidade serão objeto de um outro trabalho.

1. Semantic Engines

Nós vamos começar a nossa investigação do racionalismo contemporâneo examinando o artigo *Semantic Engines* de J. Haugeland. Na prática, a explicação da intencionalidade oferecida por Haugeland nesse trabalho é a descrição da máquina que joga xadrez. E nesse sentido, o que nós vamos ver é uma explicação da intencionalidade do robô (Haugeland, 1981, p. 36): “If there are no philosophical dilemmas about chess-playing machines, then why there should be any about chess-playing people – or indeed, about human intelligence in any other form? To put it coldly: why not suppose that people *just are* computers (...)?”¹⁶

Isso é uma caricatura do racionalismo contemporâneo, claro. E é provável que nem mesmo Haugeland concordasse com essa ideia. Além disso, alguns elementos da sua

¹⁶ “Se não há dilemas filosóficos sobre máquinas que jogam xadrez, então por que haveria sobre pessoas que jogam xadrez – ou, de fato, sobre a inteligência humana em qualquer outra forma? Para colocar de maneira fria: por que não supor que as pessoas são apenas computadores (...)?”

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

explicação estão ultrapassados, do ponto de vista tecnológico. Mas, apesar disso, acompanhar a sua discussão vai nos dar a oportunidade de examinar alguns aspectos chave da perspectiva racionalista.

Quando alguém se propõe a adotar a máquina que joga xadrez como modelo para pensar a intencionalidade humana, a pessoa tem basicamente duas coisas em mente. A primeira delas é a ideia de que o mundo é como um tabuleiro de xadrez – organizado em termos de categorias e regras bem definidas e pré-definidas. A segunda é a ideia de que nós somos como um programa de computador – organizados em termos de estados e regras bem definidos e pré-definidos. Quando a gente faz essas pressuposições, fica realmente muito fácil explicar como é que uma coisa se encaixa na outra – e de fato, os dilemas filosóficos desaparecem todos. Não apenas isso, mas também é relativamente fácil construir um robô que se encaixa em um mundo pré-fabricado. Por outro lado, colocar as coisas nesses termos tem a virtude de conceber a questão da intencionalidade como o problema do encaixe do sujeito com o mundo. Mais especificamente, entender esse encaixe consiste em compreender as condições que permitem aos seres humanos manifestar o seu comportamento inteligente típico – e.g., entender o que está acontecendo à sua volta e ser capaz de organizar o seu comportamento para ir em busca do que ele deseja. E isso já é um problema concreto o suficiente para guiar uma investigação da intencionalidade.

Mas é claro que o problema não é realmente entender a máquina que joga xadrez. Daí, Haugeland substitui o jogo de xadrez por uma ideia muito mais geral, mas ainda bastante semelhante: *os sistemas formais*. Abaixo nós temos a sua descrição (1981, p. 36):

A formal system is like a game in which tokens are manipulated according to rules, (...). Basically, to define such a game, three things have to be specified:

- i. what the tokens are.
- ii. what the starting position is; and
- iii. what moves are allowed in any given position.

(...) Also, there is sometimes a specified *goal* position, which the player (or each player) is trying to achieve (...).¹⁷

¹⁷ Um sistema formal é como um jogo no qual símbolos são manipulados de acordo com regras, (...). Basicamente, para definir tal jogo, três coisas precisam ser especificadas:

- i. o que são os espécimes / ocorrências.
- ii. qual é a posição inicial; e
- iii. quais movimentos são permitidos em qualquer posição dada.

(...) Além disso, às vezes há uma posição *de objetivo* especificada, que o jogador (ou cada jogador) está tentando alcançar (...).

É bem fácil de ver que o jogo de xadrez se encaixa perfeitamente nessa definição – bem como qualquer outro jogo onde as peças e as regras para a movimentação das peças estão definidas de maneira absolutamente precisa. De fato, essa é a característica fundamental dos sistemas formais para Haugeland: a ausência de ambiguidade, imprecisão ou incompletude na definição das peças e regras. As suas formas são definidas de maneira perfeita, e a dinâmica do jogo é definida exclusivamente em termos dessas formas. A partir disso, segue que: “A formal system as such is completely self-contained”¹⁸ (1981, p. 43), “the ‘outside world’ makes no difference”¹⁹. (1981, p. 36). E daí, na medida em que o mundo exterior não faz a menor diferença, a gente pode pensar que o próprio sistema formal é o mundo com que o sujeito se envolve. É ali que o sujeito vai encontrar os objetos que recebem a sua atenção. É ali que a sua atividade de manipulação vai se desenrolar. É ali que ele encontra os objetivos que ele pretende alcançar. E nós encontramos nesse contexto uma espécie de situação controlada ideal para examinar o fenômeno da intencionalidade – ou o encaixe de um sujeito com o mundo. Colocando as coisas nesses termos, a gente volta a examinar a máquina que joga xadrez. E encontra a seguinte observação de Haugeland (1981, p. 36):

“A chess-playing machine follows rules in at least two senses:

- it always abides by the rules of the game,
- and it employs various reasonable rules of thumb to select plausible moves”²⁰.

Quer dizer, existe determinação nas duas direções: por parte do jogo, na forma das regras que indicam os movimentos que podem ser realizados a cada momento, e por parte do sujeito, na forma da escolha dos movimentos que o levem a ganhar o jogo. A atividade intencional aparece então como o resultado de um imbricamento dessas duas formas de determinação. Na prática, existem as jogadas do adversário, que também deseja ganhar o jogo. Mas esse elemento não entra na análise de Haugeland.

Em resumo, a ideia que está surgindo aqui é que a atividade intencional consiste na resolução de uma relação de dupla determinação entre o sujeito e o mundo.

¹⁸ “Um sistema formal como tal é completamente autocontido”.

¹⁹ “O ‘mundo externo’ não faz diferença”.

²⁰ “Uma máquina que joga xadrez segue regras em pelo menos dois sentidos:

- ela sempre segue as regras do jogo,

- e ela emprega várias regras práticas razoáveis para selecionar movimentos plausíveis”.

De fato, Haugeland não coloca as coisas nesses termos. Mas ele descreve como essa resolução acontece na máquina que joga xadrez (1981, p. 40): “We can think of the [chess-playing] machine as divided into two parts or ‘submachines’:

- one to generate a number of legal options,
- and another [machine] to choose from among them”²¹.

Nesse ponto, é conveniente fazer uma breve digressão sobre a inteligência artificial. A solução que Haugeland oferece é a descrição da máquina que jogava xadrez em 1981. Contudo, não é mais assim que as máquinas jogam xadrez hoje em dia – ou realizam outras tarefas da IA. Também não é assim que os sistemas intencionais funcionam – i.e., consultando regras a todo momento, e examinando possibilidades imediatas de ação. A gente pode deixar esse ponto um pouco mais claro fazendo a distinção entre a etapa de aprendizado e a etapa de operação do sistema. Durante a etapa de aprendizado, ocorre a exploração das alternativas possíveis de movimento a partir de uma certa posição. E é nessa etapa que se descobre qual é a melhor alternativa de movimento a partir daquela posição. Daí, na etapa de operação, o movimento é apenas realizado – porque a gente já sabe o que fazer (*know-how*).

Mas, a concepção de aprendizado pressuposta por Haugeland é um pouco diferente. Quer dizer, a ideia é que o resultado da etapa de aprendizado é um conjunto de regras heurísticas, que podem ser usadas para avaliar a qualidade de uma posição qualquer. Além disso, nós também temos as regras do jogo. Assim, a operação do sistema consiste em repetir os seguintes passos:

- enumerar as jogadas possíveis – utilizando as regras do jogo
- escolher a melhor jogada – utilizando as regras heurísticas

Essa é a sua solução para o problema da dupla determinação. Mas, o nosso ponto é que esse problema já foi resolvido antes, pela pessoa que realizou o aprendizado do jogo e formulou as regras heurísticas. Isso indica que a parte inteligente do processo não acontece realmente na máquina. A máquina apenas operacionaliza o funcionamento

²¹ “Podemos pensar na máquina [que joga xadrez] como dividida em duas partes ou 'submáquinas':
- uma para gerar várias opções legais,
- e outra [máquina] para escolher entre elas”.

de uma estrutura funcional que foi construída em outro lugar. Então, se nós queremos entender a atividade intencional, nós devemos examinar os processos que constroem as estruturas funcionais.

Como já foi observado acima, não é mais assim que se faz IA hoje em dia – ou pelo menos, não é só assim. A ênfase agora é colocada sobre os procedimentos de aprendizado automático. E aqui vale a pena distinguir entre dois tipos de aprendizado. O primeiro deles é o aprendizado com objetivo fixo – e estados e regras bem definidos. Nesse caso, a máquina aprende a fazer movimentos em situações diferentes, que tendem a levar ao objetivo – por exemplo, ganhar o jogo de xadrez. A dupla determinação que aparece aqui envolve as regras do jogo e o sucesso (ou não) em alcançar ou se aproximar do objetivo. A experimentação exaustiva com as duas formas de determinação forja regras heurísticas (implícitas) – ou uma estrutura funcional.

O segundo tipo é o aprendizado por imitação. Nesse caso, a máquina aprende a reproduzir movimentos adequados em um jogo pré-existente, que já foi organizado pela atividade intencional – por exemplo, o *ChatGPT*. Ou seja, a máquina aprende a fazer movimentos que alguém já aprendeu a fazer. E ela aprende a jogar o jogo sem ter acesso às regras do jogo. Portanto, uma dificuldade importante nesse tipo de aprendizado é que a máquina não aprende a distinguir entre:

- As regras do jogo, que são seguidas pelas pessoas que ela imita
- As regras do sujeito, que são adotadas pelas pessoas que ela imita

Outro ponto importante é que a resolução do problema da dupla determinação é feita pelas pessoas que inventaram e que jogam o jogo. Mas, esse problema sequer é visível para a máquina que imita o jogo.

Mas, ao fazer essa digressão, nós acabamos nos afastando da discussão do artigo. Quer dizer, o ponto de Haugeland é que o sujeito não precisa estar lá para que a atividade inteligente aconteça – porque ele pode ser substituído por uma máquina. Daí que o seu foco em seguida é colocado sobre a possibilidade de automatização de um sistema formal. Ele descreve a situação assim (1981, p. 36): “A computer is (...) an automatic formal system”²² onde (1981, p. 38):

²² “Um computador é (...) um sistema formal automático”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

An *automatic* formal system is a physical device (such as a machine) which automatically manipulates the tokens of some formal system according to the rules of that system.

There are two fundamental problems in building an automatic formal system.

- The first is getting the device to obey the rules [of the system]
- The second is the ‘control’ problem – how the device selects which moves to make (...).²³

Aqui, nós vemos outra vez a dicotomia entre as regras do jogo (ou do sistema formal) e as regras que o sujeito utiliza para jogar o jogo. Haugeland vai discutir as dificuldades práticas associadas à segunda parte da história – i.e., a questão da explosão combinatorial. Mas, nós queremos colocar a atenção sobre a primeira parte, que pode ser chamada de *problema da implementação*.

A ideia é que a frase “getting the device to obey the rules” já aponta para uma outra relação de dupla determinação: a programação de um sistema físico para que ele obedeça (ou siga) as regras de um sistema formal. Em suma, existem os fatores de determinação do sistema físico (as suas leis naturais), e existem os fatores de determinação do sistema formal (as suas regras). E nós queremos entender como é que uma coisa se encaixa na outra – ou, como é que nós fazemos para que um sistema siga as regras do outro. Na prática, a gente encontra exatamente o mesmo problema em outro nível de abstração, na forma do *problema da formalização*. E é mais fácil começar a examinar a questão por aí.

A lógica proposicional é um sistema formal que possui *tokens* e regras para a manipulação de *tokens*. Mas, os únicos *tokens* que possuem regras formais associadas a eles são os símbolos lógicos (a implicação, a conjunção, a disjunção etc.). Porém, os símbolos lógicos não significam nada. Por consequência, os aspectos concretos de uma situação qualquer são associados a um outro tipo de *token*: as variáveis proposicionais. Como já foi dito, não existem regras formais (pré-definidas) associadas às variáveis proposicionais. Então, nesse ponto, o sistema formal ainda não pode seguir as regras da situação concreta que está sendo formalizada. A solução consiste em construir agregados

²³ Um sistema formal automático é um dispositivo físico (como uma máquina) que manipula automaticamente os espécimes / ocorrências de algum sistema formal de acordo com as regras desse sistema.

Existem dois problemas fundamentais na construção de um sistema formal automático.

- O primeiro é fazer com que o dispositivo obedeça às regras [do sistema].
- O segundo é o problema do "controle" – como o dispositivo seleciona quais movimentos fazer (...).

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

de *tokens* sintáticos, envolvendo símbolos lógicos e variáveis proposicionais. Por exemplo:

$$A \rightarrow B$$

Dessa maneira, caso a programação tenha sido bem feita, ao aplicar as regras formais da lógica proposicional, nós vamos estar seguindo as regras da situação que foi formalizada.

Agora, imagine que nós queremos codificar a situação que foi formalizada na lógica proposicional em uma linguagem de programação. Então, o problema reaparece outra vez, na forma do *problema da codificação*. Uma linguagem de programação é um sistema formal com dois tipos de *tokens*: dados (*bits*, *bytes* etc) e símbolos que indicam operações que podem ser aplicadas sobre os dados (adição, subtração etc.). Apenas os últimos possuem regras formais (pré-definidas) associadas a eles. Mas, as variáveis da lógica proposicional são associadas aos primeiros. Logo, para haver algum tipo de ação, é preciso escrever agregados sintáticos envolvendo os dois tipos de *tokens*, a exemplo da expressão:

$$x := x + 1;$$

Note que essas são as instruções do programa. E, caso a programação tenha sido bem feita, ao executar as regras formais da linguagem de programação, nós estaremos seguindo as regras da lógica proposicional.

Finalmente, imagine que nós queremos executar o programa em um computador, ao invés de simular as suas instruções no papel. Porque, afinal de contas, nós queremos tirar o sujeito da jogada e colocar uma máquina em seu lugar. Para fazer isso, a gente começa observando que um computador é um sistema físico muito particular, que pode ser visto como um sistema formal. Quer dizer, ele possui dois tipos de estados físicos locais: a grande maior parte deles é inativa (memória), e alguns poucos possuem atividade causal (os registradores do processador). Daí, uma camada de programação envolvendo transistores ativa seletivamente porções de memória, copiando estados de um lugar para outro, e ativa seletivamente circuitos eletrônicos que implementam as operações da linguagem de programação. Dessa maneira, caso a programação tenha sido bem feita, a evolução física do computador segue (ou executa) as regras codificadas no programa.

O ponto dessa digressão sobre o problema da implementação é que agora pouco dissemos que, para entender a atividade intencional, nós devemos examinar os

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

processos que constroem estruturas funcionais. E é precisamente isso o que ocorre em uma implementação. O que tínhamos em mente, no entanto, é que a estrutura funcional é o resultado da resolução de uma relação de dupla determinação. Mas, não é isso o que está acontecendo aqui, porquanto existem fatores de determinação nos dois lados do problema da implementação. Mas o que ocorre na prática é que nós apenas programamos um sistema para que ele siga as regras do outro sistema. E apenas reproduzimos em um sistema a atividade (intencional) que já estava organizada em outro sistema. Como diz Haugeland, não existem dilemas filosóficos aí – apenas problemas de engenharia. Pois, se houver dilemas filosóficos em algum lugar, eles aparecem na relação entre o sujeito e o mundo. E acompanhamos mais uma vez a discussão de Haugeland nessa direção (1981, p. 43): “Formal systems can be more than mere games, because their tokens can have interpretations that relate them to the outside world”²⁴.

Aqui, ganhamos a oportunidade de fazer uma primeira observação geral sobre o ponto de vista racionalista contemporâneo. A saber, a ideia de que a linguagem é colocada no centro da questão da intencionalidade:

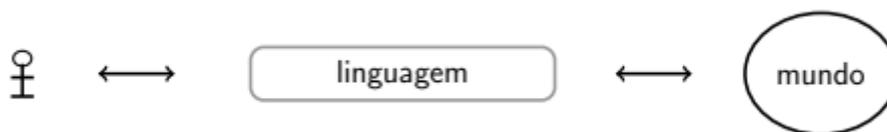


Figura 1

Dessa maneira, o problema do encaixe do sujeito com o mundo é decomposto em dois: (1) o problema do encaixe do sujeito com a linguagem, e (2) o problema do encaixe da linguagem com o mundo. De certa maneira, esse esquema é pressuposto por Haugeland. E de certa maneira, a primeira parte da sua discussão é devotada ao primeiro problema.

Agora, nós vamos começar a ver o que ele tem a dizer sobre o segundo problema (Haugeland, 1981, p. 43): “A regular, systematic specification of what all the tokens mean is called an *interpretation*”²⁵. Aqui a gente nota que Haugeland continua falando sobre sistemas formais. Porque apenas um sistema formal pode ter os significados de todos os seus *tokens* especificado sistematicamente. De fato, mesmo os sistemas

²⁴ “Sistemas formais podem ser mais do que meros jogos, porque seus espécimes / ocorrências podem ter interpretações que os relacionam com o mundo externo”.

²⁵ “Uma especificação regular e sistemática do que todos os espécimes / ocorrências significam é chamada de interpretação”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

formais possuem termos cujo significado não é especificado explicitamente. Mas, o ponto não é realmente esse. O ponto é que aqui a situação começa a ficar escorregadia, porque a noção de significado não é algo preciso como a definição de *tokens* e regras formais para manipulação de *tokens*. E isso abre espaço para que a gente faça as nossas próprias interpretações.

A ideia é que os *tokens* ou termos técnicos de um sistema formal podem corresponder a noções que já existem na linguagem natural (conceitos pré-teóricos). Nesse caso, a gente pode imaginar que seria realmente possível fornecer uma especificação dos significados de todos os *tokens* do sistema formal, em linguagem natural. Não apenas isso, mas a gente também pode imaginar que as regras para a manipulação desses *tokens* também já estão presentes na linguagem natural, em estado informal. Desse modo, a única tarefa que resta é codificar essas regras de maneira formal. Essa tarefa pode ser realizada utilizando a linguagem formal da lógica. Mas também não é difícil sintetizar um novo sistema formal (i.e., um novo esquema de notação) apenas para esse propósito. Dessa maneira, o sistema formal herdaria o encaixe que a linguagem natural já tem com o mundo. E nós teríamos aqui apenas mais uma instância do problema da implementação.

Mas, as observações abaixo indicam que não é isso o que Haugeland tem em mente (1981, p. 43):

Sometimes we say that the tokens of a formal system mean something – that is, they are ‘signs’, or ‘symbols’, or ‘expressions’ which ‘stand for’, or ‘represent’, or ‘say’ something. Such relations connect the tokens to the outside world (what they are ‘about’), making it possible to use them for purposes like record-keeping, communication, calculation, and so on.²⁶

O que ele tem em mente é a noção de representação. A ideia é que os *tokens* do sistema formal correspondem a coisas (ou estados de coisas) que existem no mundo lá fora. E que as regras para a manipulação dos *tokens* correspondem a relações naturais entre as coisas ou a manipulações que nós fazemos com as coisas. Em outras palavras, a interpretação é essa correspondência. Mas, isso não muda a situação significativamente. Porque o que temos outra vez é mais uma instância do problema da implementação. Quer

²⁶ Às vezes, dizemos que os espécimes / ocorrências de um sistema formal significam algo – isto é, eles são 'signos', ou 'símbolos', ou 'expressões' que 'representam', ou 'significam', ou 'dizem' algo. Tais relações conectam os símbolos ao mundo externo (aquilo de que eles 'tratam'), tornando possível usá-los para fins como registro, comunicação, cálculo e assim por diante.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

dizer, o que está sendo chamado de mundo aqui é algo que já foi organizado pela atividade intencional – via percepção e ação. E essa organização está sendo projetada sobre a linguagem.

Na prática, a situação não é tão simples assim, porque a correspondência não precisa ser de um para um. Na prática, a gente também pode relacionar agregados de símbolos (estruturas de dados) a aspectos do mundo. E daí, a gente precisa programar regras para a manipulação de agregados de símbolos, que sejam coerentes com o comportamento dos aspectos do mundo. O ponto aqui é que existe uma etapa de programação do sistema formal (ou da linguagem) – como sempre acontece no problema da implementação. E nós também já sabemos que, se essa programação for bem feita, então tudo vai bem – i.e., nós conseguimos fazer a linguagem (ou o sistema formal) seguir as regras do mundo. Esse é o ponto que chama a atenção de Haugeland. Recuperando o início da sua discussão, ele diz o seguinte (1981, p. 44):

So, formal tokens can lead two lives:

- *syntactical* (formal) *lives*, in which they are meaningless markers, moved around according to the rules of some self-contained game [i.e. a formal system]. (...)
- *semantic lives*, in which they have meanings and significant relations to the outside world.²⁷

A seguir, ele complementa assim (1981, p. 44):

In strictly formal terms, interpretation and meaning are entirely beside the point (...). (...) The machine does not have to pay any attention to the interpreted meaning of any of its tokens. (...) Given an appropriate formal system and interpretation, the semantics can take care of itself.²⁸

E aqui nós temos uma situação inusitada, porque o mundo acabou de desaparecer. Antes, o sujeito já havia desaparecido ao ser substituído por uma máquina. E agora o mundo desapareceu, ao ser reduzido a uma representação em um sistema

²⁷ Portanto, os espécimes / ocorrências formais podem ter duas vidas:

- vidas *sintáticas* (formais), nas quais são marcadores sem significado, movidos de acordo com as regras de algum jogo autocontido [isto é, um sistema formal]. (...)

- vidas *semânticas*, nas quais têm significados e relações significativas com o mundo externo.

²⁸ Em termos estritamente formais, interpretação e significado estão completamente fora de questão (...). (...) A máquina não precisa prestar atenção ao significado interpretado de nenhum de seus espécimes / ocorrências. (...) Dado um sistema formal adequado e uma interpretação, a semântica pode cuidar de si mesma.

formal. Mas, o que estamos vendo na prática é o recorte que o racionalista contemporâneo impõe na sua investigação da intencionalidade. Isto é, falar sobre sistemas formais consiste na opção de nos restringirmos a falar apenas sobre uma porção da linguagem que supostamente não apresenta maiores dificuldades. E falar sobre seguimento de regras (explícitas) consiste na opção de nos restringirmos a falar apenas sobre uma porção do comportamento humano que supostamente não apresenta maiores dificuldades. A segunda restrição corresponde a uma caricatura do sujeito – ao tratá-lo como um programa de computador. E a primeira corresponde a uma caricatura da linguagem, acoplada a uma caricatura do mundo – ao tratá-los como um tabuleiro de xadrez. Juntando as duas coisas, nós temos o que se poderia chamar de uma explicação da intencionalidade do robô – o que é apenas uma caricatura da intencionalidade humana.

Mas, a gente também pode pensar que o que acabou de aparecer foi apenas um primeiro esboço, em traços grosseiros, do racionalismo contemporâneo. Ou ainda, o resultado de uma etapa inicial de trabalho, que deve ser complementado por novas investigações. Então, a seguir, nós vamos examinar o que outros autores adicionam a esse esquema.

2. *Intentional strategy*

A estratégia de Dennett para investigar a intencionalidade consiste em colocar um agente racional para observar o comportamento de um outro agente racional. Ou melhor, o agente racional vai examinar o comportamento de um sistema que ele trata como se fosse um agente racional. Essa é a ideia da *intentional strategy*, e a coisa funciona assim (Dennett, 1997, p. 59; p. 61):

To a first approximation, the intentional strategy consists of treating the object whose behavior you want to predict as a rational agent with beliefs and desires and other mental states exhibiting what Brentano and others call *intentionality*. (...) and then you predict that the agent will act to further its goals in the light of its beliefs.²⁹

²⁹ Para uma primeira aproximação, a estratégia intencional consiste em tratar o objeto cujo comportamento você deseja prever como um agente racional com crenças, desejos e outros estados mentais que exibem o que Brentano e outros chamam de intencionalidade. (...) e então você prevê que o agente agirá para atingir seus objetivos à luz de suas crenças.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

Quer dizer, Dennett modifica o esquema básico de investigação da seguinte maneira:

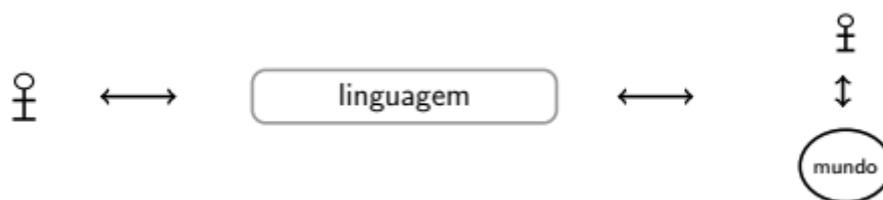


Figura 2

Onde o sistema que está sendo observado não precisa ser uma pessoa, mas pode ser um animal ou mesmo um artefato (e.g., um computador).

Daí, a primeira observação que nós fazemos é que a linguagem continua ocupando o centro do esquema, porque a previsão vai ser obtida por meio de um raciocínio (Dennett, 1997, p. 61-63):

We attribute the desires the system *ought to have*. (...) on a first pass, (...): survival, absence of pain, food, comfort, procreation, entertainment. [and so on]. (...)

[Then, we] attribute as beliefs all the truths relevant to the system's interests (or desires) that the system's experience has made available. (...)

[And then, a] little practical reasoning from the chosen set of beliefs and desires will in many instances (...) yield a decision about what the agent ought to do.³⁰

Mas, aqui também já apareceu uma diferença importante. Dennett caracteriza os agentes racionais em termos de estados intencionais – e não em termos de regras, como na análise de Haugeland. De fato, o agente inteligente de Haugeland é um mero seguidor de regras. As regras determinam o que o agente faz no contexto de uma situação externa. E são as situações externas que podem estar de uma maneira ou de outra, não o agente. O agente não tem estado – ele está sempre da mesma maneira. Ele apenas aplica as suas regras – sempre da mesma maneira. Como as regras funcionam de maneira diferente em situações diferentes, o agente faz coisas diferentes em situações diferentes.

³⁰ Atribuímos os desejos que o sistema deveria ter. (...) em uma primeira abordagem, (...): sobrevivência, ausência de dor, comida, conforto, procriação, entretenimento. [e assim por diante]. (...)

[Então, nós] atribuímos como crenças todas as verdades relevantes para os interesses (ou desejos) do sistema que a experiência do sistema tornou disponíveis. (...)

[E então, um] pouco de raciocínio prático a partir do conjunto escolhido de crenças e desejos, em muitos casos, (...) levará a uma decisão sobre o que o agente deveria fazer.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

Por outro lado, o agente racional de Dennett pode estar de uma maneira ou de outra – ele possui estados intencionais. E são esses estados que determinam o que ele vai fazer. Claro, alguns estados intencionais são apenas o reflexo da situação externa (*beliefs*). Mas há algo mais que isso (*desires, intentions*). Note que a gente encontra aqui, outra vez, duas formas de determinação. E o comportamento do agente vai ser o resultado da resolução de uma dupla determinação.

Em outras palavras, é como se o agente racional de Dennett pudesse jogar vários jogos – ou se encaixar de várias maneiras com o mundo. E que o jogo que ele joga fosse determinado pelos seus estados intencionais – enquanto Haugeland fixa e externaliza o jogo. Por isso, para determinar o que o agente vai fazer, é preciso determinar primeiro o jogo que está sendo jogado (*desires, intentions*). Daí, a gente determina a situação em que o agente está (*beliefs*). E finalmente, realiza um raciocínio para determinar o que o agente vai fazer.

A segunda novidade na análise de Dennett é que dessa vez temos dois sujeitos: o agente racional que faz a previsão e o sistema que está sob observação. Dennett está interessado no segundo, pois ele quer saber o que se pode dizer sobre esse sistema quando a estratégia de previsão tem sucesso. Mas, nós queremos colocar a atenção sobre o primeiro – porque é aí que a atividade racional vai acontecer. Daí a gente nota, em comparação com a análise de Haugeland, que a situação do agente racional preditivo não é como a situação do sujeito que joga xadrez. Mas, a gente pode pensar que ele está na situação da pessoa que quer prever os movimentos do seu adversário no jogo de xadrez. Ou seja, essa é uma situação em que faz sentido imaginar que o nosso agente vai atribuir *beliefs* e *desires* ao seu adversário, e vai tentar adivinhar o que ele vai fazer, obedecendo as regras do jogo.

Mas, como é que isso acontece? Bom, Dennett explica a atribuição de *beliefs* assim (1997, p. 61-62):

In general, we come to believe all the truths about the parts of the world we are put in a position to learn about. Exposure to x, that is, sensory confrontation with x over a suitable period of time – is the *normally sufficient* condition for knowing (or having true beliefs) about x.³¹

³¹ De modo geral, passamos a acreditar em todas as verdades sobre as partes do mundo às quais somos colocados em posição de aprender. A exposição a x, isto é, a confrontação sensorial com x ao longo de um período adequado de tempo, é a condição normalmente suficiente para saber (ou ter crenças verdadeiras) sobre x.

A ideia aqui é que uma pessoa apreende o que está acontecendo à sua volta da mesma maneira que alguém percebe a posição das peças em um tabuleiro de xadrez. Isso significa que já está sendo pressuposto um encaixe entre a linguagem e o mundo. E que esse encaixe é um mapeamento entre coisas (ou estados de coisas) do mundo e expressões linguísticas. Dessa forma, perceber alguma coisa é ganhar acesso a um *token* ou expressão linguística. E então, o que acontece a partir daí é determinado por meio do uso de expressões dentro do jogo linguístico. Esse é o recorte racionalista para a análise da intencionalidade, a operação de um agente racional dentro de um esquema conceitual pré-definido.

Em princípio, a gente pode pensar que os *desires* (objetivos) são atribuídos da mesma maneira. Isto é, já existe uma expressão na linguagem que corresponde ao objetivo que o adversário quer alcançar. E uma vez que isso tenha sido determinado, o problema consiste em descobrir como é que uma coisa leva à outra. Quer dizer, como é que o objetivo pode ser alcançado a partir da posição atual, obedecendo às regras do jogo. Dennett descreve essa etapa assim (1996, p. 17): “A little practical reasoning from the chosen set of beliefs and desires will in many instances yield a decision about what the agent ought to”.³²

Dennett não pensa nessa etapa como algo complicado, porque ele está interessado em situações mundanas simples como prever se o rato vai correr para a esquerda ou para a direita, se ele deseja escapar do gato. Mas, utilizar o jogo de xadrez como exemplo vai nos permitir examinar a base onde o raciocínio está apoiado.

O caso mais simples de todos é aquele em que as *beliefs* são uma descrição da posição das peças no tabuleiro. E o *desire* (objetivo) do adversário é simplesmente “ganhar o jogo”. Daí, o raciocínio pode se resumir a aplicar as regras do jogo, para examinar as linhas de desenvolvimento que podem levar o adversário em direção ao seu objetivo. Haugeland chama atenção para o fato de que essa estratégia não é viável na prática, devido à complexidade computacional. E Dennett concorda com ele (1996, p. 24): “What makes chess an interesting game (...) is the *unpredictability* of one's opponent's moves”³³.

³² “Um pouco de raciocínio prático a partir do conjunto escolhido de crenças e desejos levará, em muitos casos, a uma decisão sobre o que o agente deve fazer”.

³³ “O que torna o xadrez um jogo interessante (...) é a imprevisibilidade dos movimentos do oponente”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

Nós já vimos que Haugeland resolve esse problema por meio das regras heurísticas, que orientam o raciocínio em direção às possibilidades mais relevantes. E Dennett concorda com ele mais uma vez (idem): “But this unpredictability is put in context when one recognizes that in a typical chess situation there are very many perfectly legal and hence available moves, but only a few (...) with anything to be said for them (...)”.³⁴

Mas, há algo mais nessa história. Porque não é assim que as pessoas jogam xadrez – essa é a maneira de jogar das máquinas. Quando uma pessoa olha para o tabuleiro de xadrez ela não vê a posição das peças – ou ela não vê apenas isso. O que ela vê é que “o seu cavalo está sendo atacado” ou que “há espaço para avançar as peças em direção ao centro” ou ainda que “o lado esquerdo da sua defesa está um tanto vulnerável”. Conseqüentemente, é isso o que ela vai imaginar que o adversário está vendo quando ele olha para o tabuleiro. E são essas as *beliefs* que ela vai atribuir a ele. Daí, com base nessas *beliefs*, ela vai atribuir *desires* como “obter ganho material”, “dominar o centro do tabuleiro” ou “atacar a coluna do bispo da rainha”.

Em outras palavras, é assim que a linguagem se encaixa com o jogo de xadrez. E agora, apoiado na linguagem, o raciocínio vai trabalhar para descobrir o que é que o adversário vai fazer. A primeira observação é que os estados intencionais (conceitos) vão guiar o exame das possibilidades. Por exemplo, se o objetivo é dominar o centro, então a nossa atenção vai se voltar para as peças que podem ocupar ou influenciar o centro em alguns poucos movimentos. E se o objetivo é capturar o cavalo, então nós vamos examinar as possibilidades de movimento dessa peça ou verificar se existe uma outra peça que pode bloquear o ataque ou proteger o cavalo.

Note que a especificação do objetivo restringe o conjunto de possibilidades que devem ser examinadas. Mas ela também pode indicar estratégias de ação, que vão ser levadas em conta pelo jogador em adição às regras do jogo. Um outro exemplo deixa esse ponto mais claro. Imagine que o objetivo é atacar a coluna do bispo da rainha. E imagine que nós temos dois cavalos e uma torre posicionados para realizar o ataque. Então, é possível que nesse momento passemos a considerar sequências de movimento padrão (estratégias) que articulam o progresso dos cavalos e da torre – que nós aprendemos em um livro de xadrez ou por meio da nossa própria experiência com o jogo. Mas também é

³⁴ “Mas essa imprevisibilidade é colocada em contexto quando se reconhece que, em uma situação típica de xadrez, existem muitos movimentos perfeitamente legais e, portanto, disponíveis, mas apenas alguns (...) com algo a ser dito sobre eles (...)”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

possível que a configuração atual do tabuleiro não permita a aplicação direta da estratégia. Nesse caso, nós vamos ter que examinar as possibilidades de jogadas em detalhe, para tentar adaptar a estratégia à situação atual.

Em resumo, o agente racional utiliza dois tipos de regra para raciocinar: as regras do jogo e regras heurísticas que implementam estratégias inteligentes para jogar o jogo – como na análise de Haugeland. As últimas correspondem ao aprendizado prévio com o jogo. E a discussão acima mostra que elas são articuladas por conceitos de alto nível presentes na linguagem. Nesse sentido, o agente racional também utiliza dois tipos de estado para raciocinar: o estado do jogo (i.e., a posição das peças) e os seus próprios estados intencionais (*beliefs, desires, intentions*) que correspondem a conceitos da linguagem.

Agora, nós podemos pensar nisso como dois jogos. Ou melhor, a ideia é que existem vários jogos dentro do jogo de xadrez – cada um deles articulado pelo seu próprio conjunto de conceitos e regras. Os jogos de alto nível não são autônomos com relação ao jogo de base e apenas implementam estratégias que buscam alcançar o objetivo de “ganhar o jogo”. Nós também podemos pensar que dominar o jogo de xadrez consiste em dominar todos esses jogos – e ter a capacidade de inventar novos jogos. Um jogador novato pode perder o jogo sem nem entender como. O jogador experiente monta a armadilha debaixo do seu nariz, enquanto ele está ocupado examinando possibilidades.

42

3. Ampliando os horizontes do racionalismo

A nossa discussão ainda está muito centrada no jogo de xadrez. Para ver que as ideias racionalistas se aplicam a um domínio muito mais amplo, nós voltamos a acompanhar o texto de Dennett. E a melhor maneira de fazer isso é começar pelo começo (1996, p. 14): “[in] normal occasions, when familiar beliefs are the topic, belief attribution looks as easy as (...) counting beans in a dish.”³⁵

A nossa observação aqui é que, ao focar a atenção nesse tipo de *belief*, estamos investigando a intencionalidade dentro de um recorte. Não apenas isso, mas estamos pressupondo os elementos que servem de base para definir esse recorte. Daí que, ao iniciar a investigação dessa maneira, tomando esses elementos como base, o que vamos

³⁵ “[Em] ocasiões normais, quando crenças familiares são o tema, a atribuição de crenças parece tão fácil quanto (...) contar feijões em um prato”.

obter é uma explicação do modo de operação da intencionalidade dentro desse recorte (Dennett, 1996, p. 15):

My thesis will be that (...) belief is a perfectly objective phenomenon, it can be discerned only from a point of view of one who adopts a certain *predictive strategy*, and its existence can be confirmed only by an assessment of the success of that strategy (...).³⁶

Aqui aparece mais uma faceta do racionalismo: a perspectiva de terceira pessoa. Isso está implícito no esquema da *intentional strategy*: a intencionalidade é algo que alguém observa no comportamento de alguém. A perspectiva de terceira pessoa também está implícita na discussão de Haugeland, porque explicar o modo de operação de um sistema intencional (uma máquina, um robô ou uma pessoa que joga xadrez) consiste em se colocar na posição de observador e tentar explicar como aquilo funciona – i.e., apontando peças e a movimentação regular das peças.

A perspectiva de terceira pessoa também está relacionada com o desaparecimento do sujeito. Uma vez que a gente pode explicar o sujeito em termos de peças (estados mentais, conceitos) e da movimentação regular das peças (regras, inferências), o sujeito realmente desaparece. Por outro lado, quando a gente coloca em foco a construção e manipulação das estruturas intencionais, o sujeito reaparece – porque é preciso alguém para fazer essa construção e manipulação. E olhar para essa construção e manipulação do ponto de vista do sujeito é o que nós chamamos de perspectiva de primeira pessoa. Quer dizer, a perspectiva de primeira pessoa não evoca um sujeito que contempla, entende ou conhece as estruturas intencionais, mas alguém que faz alguma coisa guiado por estruturas intencionais que ela mesmo construiu.

Mas, existem dois lados para se examinar na perspectiva de terceira pessoa racionalista. E, para isso, a gente considera mais uma vez as instruções de Dennett para a aplicação da *intentional strategy* (1996, p. 17):

1. “decide to treat the object as a rational agent”;
2. “then you figure out beliefs and desires it ought to have”;

³⁶ Minha tese será que (...) a crença é um fenômeno perfeitamente objetivo, podendo ser discernida apenas a partir do ponto de vista de quem adota uma certa estratégia preditiva, e sua existência só pode ser confirmada por uma avaliação do sucesso dessa estratégia (...).

3. “and then you predict that the agent will act to further”.³⁷

Colocando o sistema (ou objeto) que está sob observação em foco, a gente nota que essas instruções não dizem nada a respeito dos estados internos do sistema – ou das estruturas que controlam o seu comportamento. A *intentional strategy* não se importa com isso, porque esse controle pode se resolver de diversas maneiras diferentes – desde o *know-how* que resulta de aprendizado (ou evolução natural) até a inspeção exaustiva de possibilidades com base em uma descrição (ou sistema formal). Tudo isso são apenas detalhes de implementação.

De certa maneira, a análise de Haugeland se concentra em um modo de implementação específico. Mas, a discussão de Dennett é mais geral, pois a *intentional strategy* é a aposta de que o sistema está orientado em uma certa direção – a partir de *beliefs*, em direção a *desires*. E a hipótese de racionalidade é a hipótese de que o sistema é capaz de produzir o comportamento adequado para uma certa orientação. Por conseguinte, o sucesso na previsão é evidência, não apenas de que a atribuição de *beliefs* e *desires* estava correta, mas também de que a hipótese de racionalidade estava correta.

A ideia é que esse é o aspecto essencial de um sistema intencional. Portanto, descrever um sistema intencional é dizer não o que ele é, mas o que ele está fazendo ou vai fazer. Isso nos leva mais uma vez a colocar a atenção sobre o agente racional preditivo (Dennett, 1996, p. 15): “The [intentional] strategy consists of treating the object as a rational agent with beliefs and desires”³⁸.

Mas, o que é isso? Ou melhor, como é que a gente faz isso? Bom, a resposta é: colocando o vocabulário *belief-desire* para funcionar. Isto é, a previsão vai ser obtida por meio do uso do vocabulário intencional. E o ponto aqui é que Dennett faz a sua análise da intencionalidade no contexto da linguagem natural. A nossa ideia é que o vocabulário intencional nos permite formular relações de dupla determinação: *belief-desire*. E a resolução dessa dupla determinação fica a cargo do raciocínio prático.

Mas, o raciocínio prático só é possível porque já existem conceitos bem definidos na linguagem e inferências associadas a esses conceitos. Em outras palavras, o agente preditivo opera apoiado em um esquema conceitual. Então, em larga medida, a

³⁷ 1. “decida tratar o objeto como um agente racional”;

2. “então, descubra as crenças e desejos que ele deveria ter”;

3. “e então, preveja que o agente agirá para promover”.

³⁸ “A estratégia [intencional] consiste em tratar o objeto como um agente racional com crenças e desejos”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

efetividade da *intentional strategy* depende daquilo que está codificado no esquema conceitual. E isso nos leva a olhar para a linguagem por um momento.

Dennett faz a seguinte observação (1996, p. 24): “Once the intentional strategy is in place, it is an extraordinary tool in prediction”³⁹. E nós podemos elencar ao menos três razões para explicar esse fato. A primeira delas é o aspecto representacional da linguagem. Já sabemos que é possível projetar os fatores de determinação de um domínio para outro – por meio do procedimento de implementação ou formalização, por exemplo. A representação é apenas mais um procedimento desse tipo. Ela nos permite projetar os fatores de determinação de um domínio qualquer sobre a linguagem para poder raciocinar com eles – i.e., seguir em linguagem as regras do domínio de origem.

Nós podemos pensar que a representação produz as peças e as regras de um jogo – e que podemos jogar vários jogos em linguagem. Mas, nós também já sabemos que as regras do jogo não são as únicas regras que nós utilizamos. Porque o aprendizado também produz regras heurísticas, que nos ajudam a raciocinar bem. E o ponto aqui é que o sujeito que opera em um esquema conceitual é guiado pelo próprio esquema conceitual para raciocinar bem – caso ele domine o esquema conceitual. Essa é a segunda razão que explica a efetividade da *intentional strategy*.

Dennett indica a terceira razão aqui (1996, p. 25): “If [super intelligent] beings did not see us as intentional beings, they would be missing something perfectly objective: the patterns in human behavior that are discernible from the intentional stance”⁴⁰.

Essa é a situação em que a “intentional strategy is in place”: quando ela é utilizada para prever o comportamento de um sistema intencional – idealmente um ser humano. Nós já observamos que os sistemas intencionais estão sempre orientados – a partir de *beliefs*, em direção a *desires*. E que o seu comportamento aparece como a resolução dessa dupla determinação. Daí, na medida em que o sistema é confrontado repetidamente com situações similares, é natural esperar que ele manifeste um comportamento característico – o que Dennett chama de “intentional patterns”. A ideia é

³⁹ “Uma vez que a estratégia intencional está em prática, ela é uma ferramenta extraordinária para a previsão”.

⁴⁰ “Se seres [superinteligentes] não nos vissem como seres intencionais, estariam perdendo algo perfeitamente objetivo: os padrões no comportamento humano que são discerníveis a partir da postura intencional”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

que a linguagem natural pode capturar esses *intentional patterns*. E é isso o que nos permite fazer previsões efetivas.

Mas acontece algo inusitado quando o sistema intencional sob observação é um ser humano. Porque os *intentional patterns* codificados em linguagem são aquilo que esse ser humano utiliza para guiar o seu comportamento. Daí, nós temos a situação do homem que joga xadrez prevendo o comportamento do seu adversário no jogo de xadrez. Isto é, o esquema conceitual em que o agente preditivo está apoiado para fazer as suas previsões também apoia o adversário nas considerações que ele faz para definir o seu comportamento. E as mesmas regras que possuem caráter descritivo quando examinadas de um lado da relação possuem caráter prescritivo quando examinadas do outro lado.

Nesse ponto, nós queremos chamar atenção para uma assimetria na discussão de Dennett, que revela mais um aspecto do racionalismo (1996, p. 15): “I will argue that any object or system whose behavior is well predicted by this strategy is in the fullest sense of the word a believer”.⁴¹

Mas, por que não um “desirer”? ou um “intender”? Dennett já havia dito que, nos casos em que a *intentional strategy* funciona, nós estamos diante de um sistema intencional. Agora, ele como que identifica os sistemas intencionais com *believers*. De fato, desde o início a sua discussão gira em torno das *beliefs*. E esse foco nas *beliefs* indica um entendimento da intencionalidade como a capacidade de monitorar o estado do mundo (representação). Essa é a visão tradicional da intencionalidade, e o racionalismo contemporâneo parece comprometido com ela.

O nosso ponto é que isso é apenas metade da história. De certa maneira, a análise de Dennett também aponta para isso, ao incorporar os *desires* na *intentional strategy*. Mas, em diversos pontos, ele parece dar a entender que concebe a intencionalidade como o “phenomenon of beliefs”. A nossa tentativa de formular uma explicação da intencionalidade em termos de dupla determinação visa equilibrar os dois lados da moeda:

- (1) monitoração dos estados do mundo (*belief*)
- (2) regulação do próprio comportamento (*desire, intention*)

⁴¹ “Eu argumentarei que qualquer objeto ou sistema cujo comportamento seja bem predito por essa estratégia é, no mais pleno sentido da palavra, um crente”.

Em outras palavras, um sistema intencional é um sistema que manifesta um comportamento relativamente autônomo. Ele não é movido apenas por forças externas – como a folha que é carregada pelo vento, ou a pedra que rola ladeira abaixo. E o seu comportamento também leva em conta o estado e as regras do mundo. Ele não é movido apenas por forças internas – como um robô, ou um programa de computador. Isso significa que um sistema intencional se encontra em uma relação (dinâmica) de dupla determinação com o mundo – ele resolve essa dupla determinação; ele se encaixa no mundo.

A discussão de Dennett e o racionalismo de forma geral também jogam luz sobre um aspecto mundano e banal da nossa experiência da realidade: a nossa capacidade de saber o que está acontecendo à nossa volta por meio de (breves) raciocínios. Ou seja, é como se pequenos problemas de dupla determinação estivessem sendo colocados para nós a todo momento, à medida que vamos formando *beliefs* e *desires* – nossos e dos outros. E por meio da resolução desses problemas, nós construímos um entendimento do nosso mundo (intencional) presente. Nós antevemos o que ainda não aconteceu (comportamento) e percebemos o que não se pode ver diretamente (*beliefs*, *desires*, *intentions*). Na medida em que esse entendimento se constrói com base na linguagem (conceitos, inferências), o que se obtém é uma percepção do mundo característica dos agentes racionais – os outros animais podem ter uma versão muito limitada dessa experiência.

4. Pragmatismo normativo

A primeira observação que fazemos é que o sujeito de Brandom é a primeira pessoa do plural (2001, p. 4):

In understanding ourselves we should look to what we are able to do, rather than where we came from or what we are made of. (...) we think of ourselves in the broadest terms as the ones who say 'we'. But we still need to specify what one must be able to do in order to count as saying 'we'.⁴²

⁴² Ao entender a nós mesmos, devemos olhar para o que somos capazes de fazer, em vez de onde viemos ou do que somos feitos. (...) pensamos em nós mesmos, nos termos mais amplos, como aqueles que dizem 'nós'. Mas ainda precisamos especificar o que alguém deve ser capaz de fazer para ser considerado como dizendo 'nós'.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

Aqui já identificamos as contribuições de Brandom ao ponto de vista racionalista: o pragmatismo e a normatividade social, ambos apresentados em um contexto em que a linguagem ocupa o centro do fenômeno da intencionalidade. Isto é, o seu pragmatismo aparece como a escolha de explicar o que nós fazemos – ao invés de tentar dizer o que nós somos. E a sua ideia é mostrar como a capacidade racional se apoia em nossas habilidades e capacidades práticas mais básicas. Portanto, esse pragmatismo também é uma forma de naturalismo. Porque o projeto é explicar o modo de operação da racionalidade (na perspectiva semântica) e as bases primitivas sobre as quais ela se apoia.

Finalmente, a segunda parte dessa passagem já indica que o plano é delimitar a intencionalidade a partir de fora – i.e., a partir das práticas e normas sociais. A ideia é que nós impomos condições uns aos outros para sermos reconhecidos como parte da comunidade e que a intencionalidade é como que moldada por essas exigências, operando na sua forma mais desenvolvida como o resultado dos nossos esforços de mobilizar as nossas habilidades e capacidades práticas para dar conta dessa demanda.

Nesse ponto, já se pode notar um traço comum da estratégia de explicação racionalista. Em todos os casos, procura-se entender a racionalidade (ou intencionalidade) a partir de fora: a partir de como o mundo é, a partir da realização de uma tarefa qualquer, a partir de como ela aparece aos olhos de um agente racional, e a partir das demandas que os membros da comunidade fazem uns aos outros. Em todos os casos também, os mecanismos da intencionalidade são esboçados com vistas a explicar como a sua operação dá conta de cumprir o papel que se espera deles. Daí que a nossa estratégia com a noção de dupla determinação é inverter essa perspectiva e mostrar como o mundo e a comunidade adquirem a forma que têm com a colaboração da atividade intencional (autônoma) do indivíduo.

Para ver como Brandom desenvolve as suas ideias, o melhor é começar do começo (2001, p. 4): “We are distinguished by capacities that are broadly cognitive”⁴³. Mas, nós nos distinguimos de quê? E o que significa “broadly cognitive”? Bom, nós nos distinguimos das pedras, das plantas e dos bichos. Por quê? Bom, porque as pedras são completamente determinadas a partir de fora – elas não têm vontade de nada e se lembram de muito pouca coisa. As plantas também não têm vontade, mas elas não são completamente determinadas a partir de fora. Elas possuem estado e estrutura internos, que têm por sua vez um papel de determinação. Mas, costumamos pensar que isso é uma

⁴³ “Nós somos distinguidos por capacidades que são amplamente cognitivas”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

forma de determinação causal. Algumas coisas complexas também são assim – artefatos, máquinas, computadores.

Já os bichos possuem estados intencionais. Eles fazem as coisas de uma certa maneira porque eles estão de uma certa maneira. Mas, o que acontece à sua volta também afeta o seu estado intencional. Desse modo, aqui nós temos uma forma diferente de determinação a partir de fora, que não costuma ser explicada em termos causais – esse é o ponto de Dennett.

Finalmente, nós somos aqueles que inspecionam e manipulam os seus próprios estados e estruturas intencionais. Ou seja, nós temos alguma forma de determinação sobre aquilo que tem determinação sobre nós. Portanto, surge aqui uma forma de dupla determinação intencional – o que pode corresponder ao termo “broadly cognitive”. Essa ideia é compatível com o ponto de vista racionalista, no sentido de que nós manipulamos linguagem, e as expressões linguísticas são estruturas intencionais. Os racionalistas gostam de ver a força de determinação que as estruturas linguísticas têm sobre nós, mas não costumam ver a força de determinação (intencional) que temos sobre essas estruturas.

Aqui apareceu uma caracterização do que nós somos em termos daquilo que fazemos. E a contrapartida dessa maneira de fazer as coisas é uma forma peculiar de experiência do mundo. Brandom chama isso de *sapience* e a descreve assim (2001, p. 4): “Our transactions with other things and each other mean something to us. They have a conceptual content for us, we understand them in one way rather than another”⁴⁴.

E aqui nós temos outra vez a experiência de familiaridade com o mundo e a ideia de que isso é fundamentalmente uma experiência linguística, na medida em que esse entendimento aparece na forma de conteúdos conceituais. A passagem a seguir indica o quão próximos estamos do esquema da *intentional strategy* de Dennett (Brandom, 2001, p. 5): “One is treating something as sapient insofar as one explains its behavior by attributing to it internal states such as belief and desire as constituting reasons for that behavior”.⁴⁵

Mas, será então que o rato é *sapient*? Porque, segundo Dennett, nós prevemos o comportamento do rato assim. Mas, para o rato, *beliefs* e *desires* não têm o *status* de

⁴⁴ “Nossas transações com outras coisas e entre nós significam algo para nós. Elas têm um conteúdo conceitual para nós, entendemo-las de uma maneira em vez de outra”.

⁴⁵ “Trata-se de considerar algo como *sapient* na medida em que se explica seu comportamento atribuindo-lhe estados internos, como crenças e desejos, como razões para esse comportamento”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

razões – no sentido cheio do termo. Quer dizer, o ponto é que existem duas facetas no sentido do termo ‘razão’. A primeira delas é assemelhada à noção de causa, só que no domínio intencional – i.e., aquilo que está por trás, ou que tem papel de determinação. E a segunda faceta é a ideia de que razões são algo que se pode inspecionar e manipular em um jogo das razões. O rato tem *beliefs* e *desires* apenas de acordo com a primeira faceta do sentido do termo ‘razão’. Logo, a gente pode traçar a linha demarcatória assim: os agentes racionais são aqueles que têm a capacidade de explicitar, inspecionar e manipular os seus próprios estados intencionais – por meio do jogo das razões. E nesse sentido, nós poderíamos dizer que os animais são apenas agentes semirracionais.

Brandom faz essa demarcação da seguinte maneira (2001, p. 5): “Picking us out by our capacity for reason and understanding express a commitment to take sapience, rather than sentience, as what distinguishes us. Sentience is what we share with other animals”.⁴⁶

Daí, ele explica essa diferença assim (2001, p. 7-8): “[We are] the ones capable of judgment and action”; “The judgments [we make] (...) can serve as reasons”; “And reasons can be given for the actions [we make]”.⁴⁷

E mais detalhadamente assim (2001, p. 8): “To be a perceiver (...) is to be disposed to respond (...) by the application of concepts”; “To be an agent (...) is to be disposed to respond (...) to applications of concepts by altering the environment”.⁴⁸

Assim, o que temos aqui são os movimentos de entrada e saída do domínio conceitual. Então a ideia é que percepção e ação estão enredadas em um esquema conceitual. E que é por meio da manipulação conceitual que percepção e ação se articulam para dar forma às nossas atividades práticas cotidianas. Em outras palavras, *sapience* é também uma forma de interação com o mundo (e com os outros) mediada por linguagem (conceitos, razões) (Brandom, 2001, p. 5): “Saying ‘we’ is placing ourselves and each other in the space of reasons (...). Adopting this sort or practical stance is taking or treating ourselves as subjects of cognition and action”.⁴⁹

⁴⁶ “Escolher-nos pela nossa capacidade de razão e compreensão expressa um compromisso de considerar a sapiência, em vez da senciência, como o que nos distingue. A senciência é o que compartilhamos com outros animais”.

⁴⁷ “[Nós somos] aqueles capazes de julgamento e ação”; “Os julgamentos [que fazemos] (...) podem servir como razões”; “E razões podem ser dadas para as ações [que fazemos]”.

⁴⁸ “Ser um percebedor (...) é estar disposto a responder (...) pela aplicação de conceitos”; “Ser um agente (...) é estar disposto a responder (...) às aplicações de conceitos alterando o ambiente”.

⁴⁹ “Dizer ‘nós’ é nos colocar e a cada um de nós no espaço das razões (...). Adotar esse tipo de postura prática é tomar ou tratar a nós mesmos como sujeitos de cognição e ação”.

Nesse ponto, é conveniente colocar essas ideias na perspectiva mais ampla da nossa investigação do racionalismo contemporâneo. O que temos aqui, mais uma vez, é o movimento de colocar a linguagem no centro do fenômeno da intencionalidade humana. E o que nós vimos até o momento foram três maneiras diferentes de operacionalizar essa ideia. Primeiro, Haugeland nos diz que ser capazes de obedecer às regras do jogo e utilizar regras heurísticas para jogar bem é o que nos torna inteligentes – no sentido do jogo de xadrez, ou da manipulação de sistemas formais. Daí, Dennett nos diz que ser capazes de estabelecer *beliefs* e *desires* e organizar o nosso comportamento em termos deles por meio de alguma forma de racionalidade é o que nos qualifica como agentes intencionais. Finalmente, Brandom nos diz que ser capazes de jogar o jogo das razões e organizar a nossa percepção e ação por meio delas é o que nos distingue como agentes sapientes.

4.1. Normatividade

Agora é a hora de examinar uma contribuição específica de Brandom para o racionalismo contemporâneo (2001, p. 5): “[We are] reasonable beings. (...) We are the ones to whom reasons are binding, who are subject to the peculiar force of the better reason”.⁵⁰ Quer dizer, nós já vimos que o termo ‘razão’ pode ser entendido como uma causa para o nosso comportamento, ou como algo que nós podemos manipular (no jogo das razões). Aqui, Brandom introduz uma terceira faceta do sentido desse termo: a ideia de norma ou algo que indica a maneira certa de fazer as coisas. Em nossos termos, isso evoca a ideia de direcionamento ou de um fator de determinação. Na medida em que certas razões são confrontadas com outras no jogo das razões, o que ocorre é uma espécie de negociação para decidir a direção da determinação – ou a busca pela melhor razão. Mas, nesse momento, Brandom está interessado em entender a natureza dessa força de determinação que é imposta sobre o sujeito (idem): “This force is a species of normative force, a rational ‘ought’”.⁵¹

De certa maneira, a expressão “rational ought” é um pouco infeliz. No sentido estrito do termo, o raciocínio apenas examina as possibilidades que estão dadas (à luz das normas) e não determina ele mesmo que uma possibilidade é melhor do que outra. Mas, a intenção de Brandom é chamar atenção para o caráter peculiar da força normativa. Isso

⁵⁰ “[Nós somos] seres racionais. (...) Somos aqueles a quem as razões são vinculativas, que estão sujeitos à força peculiar da melhor razão”.

⁵¹ “Essa força é uma espécie de força normativa, um ‘dever’ racional”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

porque as normas demarcam uma fronteira entre o certo e o errado – marcando algumas possibilidades como adequadas e outras como inadequadas, em certo contexto. Mas, esse fator de determinação não tem a capacidade de impedir que alguém faça alguma coisa de errado. Dessa forma, fica a cargo do sujeito entender o que é que está em jogo e fazer as suas escolhas (2001, p. 8):

[Kant says] that conceptually structured activity is distinguished by its normative character. (...) [He] understands concepts as having the form of rules, specifying how something ought (according to the rule) to be done. [U]nderstanding, the conceptual faculty of grasping rules – or appreciating the distinction between correct and incorrect.⁵²

A ideia de Kant é que nós somos aqueles capazes de julgamento e ação. Ao fazer isso, somos responsáveis por obedecer às normas que determinam o que é certo e errado. Em princípio, podemos interpretar a responsabilidade kantiana em termos de possibilidade. Isto é, a ideia é que podemos contemplar os conceitos que aplicamos a uma situação qualquer. E daí, examinando as regras associadas a eles e os seus possíveis desdobramentos, nós ganhamos a capacidade de fazer boas escolhas. Mas, Brandom coloca ênfase na ideia de necessidade. E o seu ponto é que a normatividade não consiste apenas em que nós podemos distinguir o que é certo e errado, mas que devemos fazer o que é certo (2001, p. 8): “Being in an intentional state or performing an intentional action accordingly has a normative significance”; “It counts as undertaking (acquiring) an obligation or commitment”.⁵³

E aqui, finalmente, vemos que a *sapience* não é uma experiência de familiaridade ou entendimento livres – ela nos aperta, nos obriga. A ideia é que um esquema conceitual abre um campo de possibilidades – onde o raciocínio vai fazer o seu trabalho. E a normatividade, ao restringir possibilidades, nos empurra em uma certa direção e nos confronta com relações de necessidade. Ou seja, às vezes nós temos que fazer as coisas contra a nossa vontade (Brandom, 2001, p. 5): “Being rational is being bound or constrained by norms, being subject to the authority of the better reason”.⁵⁴

⁵² [Kant diz] que a atividade conceitualmente estruturada é distinguida pelo seu caráter normativo. (...) [Ele] entende os conceitos como tendo a forma de regras, especificando como algo deve (de acordo com a regra) ser feito. [O] entendimento, a faculdade conceitual de apreender regras – ou de apreciar a distinção entre o correto e o incorreto.

⁵³ “Estar em um estado intencional ou realizar uma ação intencional, por conseguinte, tem um significado normativo”; “Conta como assumir (adquirir) uma obrigação ou compromisso”.

⁵⁴ “Ser racional é estar vinculado ou restrito por normas, estar sujeito à autoridade da melhor razão”.

Mas, como é que isso acontece? Como é que essa autoridade é exercida sobre nós? Bom, Brandom explica a coisa assim (2001, p. 8): “Judgings and doings are conceptually contentful, and so are subject to evaluation according to the rules that express those contents”.⁵⁵

Note que, agora há pouco, vimos que o sujeito de Kant é alguém passível de erro – porque a normatividade não impede ninguém de fazer algo errado. Mas, esse sujeito tem a faculdade conceitual (*understanding*), que o permite distinguir o que é certo e errado. A novidade que está surgindo aqui é que os julgamentos e ações do sujeito podem ser avaliados de acordo com as regras associadas aos conceitos. E o passo final é colocar os sujeitos para avaliarem os julgamentos e ações uns dos outros (2001, p. 5): “Saying ‘we’(...) is placing ourselves and each other in the space of reasons, by giving and asking for reasons for our attitudes and performances”.⁵⁶

Em outras palavras, os nossos julgamentos e ações são inspecionados pela comunidade. Nós nos reconhecemos como parte da comunidade na medida em que nós nos submetemos à força da melhor razão. E a melhor razão é aquela obtida no jogo social das razões: o jogo de dar e receber razões. Aqui finalmente vemos como o agente racional é caracterizado não em termos do que ele é (i.e., das suas propriedades), mas em termos do que ele é capaz de fazer. Ou seja, espera-se que ele seja capaz de articular explicitamente o seu entendimento das coisas, no sentido de oferecer razões para os seus julgamentos e ações. E espera-se que ele seja capaz de jogar o jogo social das razões: pedindo razões para os julgamentos e razões dos outros, e oferecendo razões adicionais quando lhe pedem. Em outras palavras, o agente racional deve ser capaz de operar na dimensão normativa da razão, que é um domínio de justificação dos nossos julgamentos e ações.

5. Conclusão

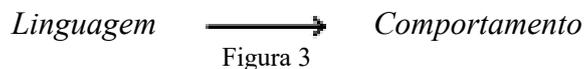
⁵⁵ “Julgamentos e ações são conceitualmente carregados de conteúdo, e, portanto, estão sujeitos à avaliação de acordo com as regras que expressam esses conteúdos”.

⁵⁶ “Dizer ‘nós’ (...) é nos colocar e aos outros no espaço das razões, dando e pedindo razões para nossas atitudes e ações”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

Agora que chegamos ao fim, podemos perguntar o que há em comum nos três trabalhos que examinamos. E uma primeira observação é que, em todos os casos, o que está em jogo é uma tentativa de articular a relação:



O que se entende por linguagem aqui não é apenas um conjunto de regras que indicam a ação que deve ser realizada em cada situação. A ideia é que há processamento ou manipulação linguística. Assim, nós podemos entender a estratégia comum de explicação dos racionalistas contemporâneos como a descrição de uma máquina.

A máquina de Haugeland é a máquina computacional. Quer dizer, ele quer saber como é que uma máquina pode fazer as coisas que nós fazemos (e.g., jogar xadrez). E a sua resposta é que basta saber quais são as regras do jogo, porque é possível fazer uma máquina seguir as regras de um jogo qualquer – e vimos, em geral, que é possível fazer um sistema seguir as regras de outro sistema (programação). Na prática, também é preciso resolver o problema do controle, porque as regras do jogo dizem apenas o que se pode fazer e não o que se deve fazer (para ganhar o jogo). E isso traz para a mesa um novo conjunto de regras: as regras heurísticas. A explicação de Haugeland consiste, então, em mostrar como as duas coisas funcionam juntas (i.e., as regras do jogo e as regras heurísticas) – na forma de duas submáquinas dentro de uma máquina maior. Finalmente, a sua discussão é feita no contexto de um sistema formal (ou do jogo de xadrez), o que significa que a percepção consiste em saber qual é a posição das peças, e a ação consiste em modificar a posição das peças.



Figura 4

A máquina de Dennett é a máquina intencional – ou a máquina que aplica a *intentional strategy*. Ao invés de controlar o comportamento, essa máquina faz a previsão do comportamento de um sistema intencional. O primeiro passo da estratégia consiste em perceber a situação em que o sistema está. Na prática, isso corresponde a atribuir estados intencionais a ele (*beliefs* e *desires*). Daí, a previsão é obtida por meio de raciocínio prático. Dennett não é muito explícito sobre como isso acontece, mas nós observamos

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

que a previsão só é possível porque essa atividade é apoiada por um esquema conceitual – com regras para a manipulação dos conceitos. O ponto interessante da explicação de Dennett, no entanto, é que o raciocínio não precisa articular conceitos que descrevem em detalhe como é que o comportamento do agente racional acontece de fato – o que corresponderia a aplicar a *physical* ou *design strategy*. Esse ponto tem relação com a nossa observação de que podemos ter jogos linguísticos abstratos no interior de um jogo linguístico mais concreto. E a ideia básica aqui é que o vocabulário intencional já é suficiente para entender (e se engajar com) a dimensão intencional da realidade – i.e., os animais e as suas formas de comportamento.

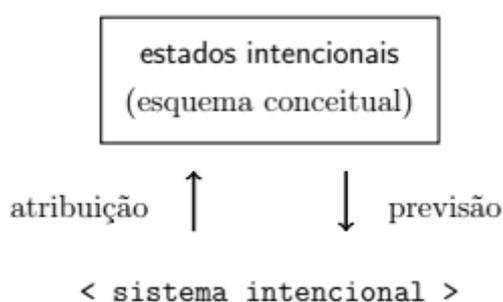


Figura 5

Finalmente, a máquina de Brandom é a máquina conceitual, pois a sua ideia é que percepção e ação se conectam diretamente com os conceitos. E que os conceitos se relacionam uns com os outros por meio das inferências da linguagem. Dessa maneira, a manipulação conceitual articula (ou costura) percepções e ações, para dar forma às nossas atividades práticas no mundo. No entanto, a explicação de Brandom tem um outro elemento importante. Quer dizer, a ideia é que os conceitos e inferências da linguagem também sirvam de veículo para as normas sociais de uma comunidade. Desse modo, os julgamentos e ações de um indivíduo podem ser avaliados pelos outros indivíduos da comunidade. E diversos indivíduos podem tentar encontrar juntos o melhor curso de ação para uma dada situação – ou então coibir o comportamento inadequado de certo indivíduo. Aqui, aparece a ideia de um jogo de linguagem que nos permite entender e participar da dimensão normativa da realidade.

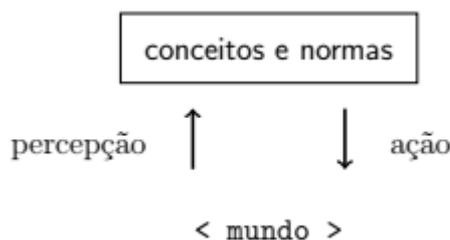


Figura 6

De certa forma, essa caracterização da estratégia racionalista em termos de máquinas é mais próxima da narrativa de Haugeland. E talvez seja mais adequado dizer que o foco desse grupo é apenas mostrar que a linguagem ocupa o centro da intencionalidade dos agentes racionais – apesar de que isso serve de base para a atividade construtora de máquinas dos pesquisadores da inteligência artificial. Nesse sentido, também podemos entender a estratégia de explicação racionalista em termos de uma teoria da linguagem – o que nos deixa mais próximos da narrativa de Brandom.

Daí, o ponto em comum é que na base do sistema ocorre uma atividade manipuladora de símbolos governada por regras – o jogo das razões de Brandom, o raciocínio prático de Dennett, e o exame das regras do jogo de Haugeland. Essa camada corresponde à esfera sintática da linguagem. Também corresponde ao mínimo que uma pessoa deve aprender para adquirir a capacidade linguística. A seguir, nós observamos que as teorias tradicionais da linguagem dizem que essa atividade sintática ganha significado na medida em que existe uma associação entre os elementos da linguagem e as coisas do mundo lá fora. Mas, a explicação dos racionalistas é mais interessante do que isso, pois a ideia é que o significado surge a partir da nossa capacidade de fazer as coisas. E na medida em que dá suporte a essas atividades, a linguagem adquire significado. Não apenas isso, mas domínios de atividade diferentes mobilizam o seu próprio vocabulário específico, o que corresponde a diferentes esferas semânticas da linguagem.

Por exemplo, o vocabulário das regras heurísticas de Haugeland corresponde ao domínio da inteligência, e da nossa capacidade de realizar atividades práticas. E isso explica a nossa experiência de familiaridade com as coisas ordinárias do mundo – nós sabemos como elas se comportam, e sabemos o que fazer com elas. O vocabulário dos estados intencionais de Dennett corresponde ao domínio da intencionalidade, no sentido do comportamento intencional. E isso explica a nossa familiaridade com as coisas vivas do mundo, em particular os animais – nós sabemos como eles se comportam, e sabemos como interagir com eles. Finalmente, o vocabulário dos conceitos e normas de Brandom

corresponde ao domínio da normatividade, ou do comportamento governado por regras. E isso explica a nossa familiaridade com as noções de certo e errado, o que é uma exclusividade das comunidades humanas – nós sabemos como as pessoas se comportam, e sabemos como viver com elas.

5.1 Dupla determinação

Mas, a discussão que nós fizemos ainda não revelou completamente a estrutura racionalista do pensamento de Brandom. E a noção de dupla determinação, que é a nossa ferramenta de análise, ainda se confunde com essa estrutura racionalista. Então, agora é o momento de deixar as coisas mais claras. E, para isso, nós voltamos a esse ponto (Brandom, 2001, p. 5): “To be sapient is to have states such as belief”; “Picking us out by our capacity for reason and understanding express a commitment to take *sapience*, rather than *sentience*, as what distinguishes us. *Sentience* is what we share with non-verbal animals (...)”.⁵⁷

A ideia subliminar aqui é que o comportamento dos animais não-linguísticos seria dominado pela percepção dos sentidos – *sentience* ou as funcionalidades do nosso aparato sensorial. Mas, nós já vimos que o comportamento dos animais não é completamente determinado a partir de fora – eles possuem *beliefs* e *desires* (i.e., estados intencionais). Daí, a dicotomia *sentience-sapience* não demarca de maneira precisa a diferença que existe entre nós e os outros animais.

O ponto é que a cognição dos animais também é caracterizada pela dupla determinação – há fatores de determinação internos que se contrapõem aos fatores de determinação externos. Por isso, o que nos distingue dos outros animais é a natureza do fator de determinação interno – esse é o ponto da *sapience*. Nesse sentido, a discussão de Brandom aponta para um fator de determinação interno. E nessa perspectiva, ela também articula uma relação de dupla determinação.

Só que Brandom não coloca as coisas nesses termos, claro. Além disso, o elemento que ele coloca em contraposição aos fatores de determinação externos não é a vontade do sujeito (ou os seus desejos). Porque o que se contrapõe à força de determinação externa é a força pragmática da razão. Por isso, a gente pode pensar que

⁵⁷ “Ser sapiente é ter estados como crenças”; “Escolher-nos pela nossa capacidade de razão e compreensão expressa um compromisso de considerar a sapiência, em vez da senciência, como o que nos distingue. A senciência é o que compartilhamos com animais não verbais (...)”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

Brandom coloca a linguagem para fazer frente à força de determinação do mundo. Mas a linguagem é apenas um veículo (um modo de implementação) para a normatividade social. Então, talvez seja melhor pensar que o sujeito de Brandom é a comunidade – ou a primeira pessoa do plural. Em outras palavras, as normas sociais correspondem a conhecimento na forma de direcionamento prático que surge no contexto de um grupo social. Por consequência, a relação de dupla determinação que aparece na discussão de Brandom consiste na relação entre mundo e comunidade – ou entre as coisas como elas são ou estão e a maneira como nós fazemos as coisas.

Agora que esse ponto está claro, nós vamos examinar o outro lado da moeda. Ou seja, vamos ver de que maneira o fator de determinação externo aparece no trabalho de Brandom (2001, p. 5):

Another familiar route to understanding sapience goes through the concept of truth. We are believers, and believing is taking true. We are agents, and acting is making true.

To be sapient is to have states such as belief, desire and intentions, which are contentful in the sense that we may question under which circumstances what is believed, desired or intended would be true.

Understanding such content is grasping the conditions necessary and sufficient for its truth.⁵⁸

Veja que são dois os paradigmas que nós temos para o entendimento da linguagem: prescrição e descrição – o que corresponde aos termos razão e verdade. O primeiro é articulado em conjunto com as noções de ação e comportamento – e aqui aparece a ideia de estado intencional (*intention*) como aquilo que direciona a nossa atividade. O segundo é articulado em conjunto com as noções de percepção e conhecimento – e aqui aparece a ideia de estado intencional (*belief*) como aquilo que direciona o nosso pensamento. Mas, Brandom também chama atenção para uma outra maneira de capturar esse segundo ponto de vista (2001, p. 6):

A rival approach to cognitive contentfulness centers on the concept of representation. (...)

⁵⁸ Outra via familiar para entender a sapiência passa pelo conceito de verdade. Somos crentes, e crer é tomar como verdadeiro. Somos agentes, e agir é tornar verdadeiro.

Ser sapiente é ter estados como crenças, desejos e intenções, que são carregados de conteúdo no sentido de que podemos questionar sob quais circunstâncias o que é acreditado, desejado ou intencionado seria verdadeiro.

Entender esse conteúdo é compreender as condições necessárias e suficientes para sua verdade.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

[According to this view] the states and acts characteristic of us are in a special sense *of, about, or directed at* things.

(...) they have representative [representational] content.

To have such content is to be liable to assessments of *correctness* of representation which is a special way of being *answerable* or *responsible* to what is represented.⁵⁹

No fim das contas, a diferença entre as duas abordagens rivais repousa em uma escolha com relação ao que há de mais fundamental na linguagem: proposições ou a estrutura de termos singulares e predicados. Mas, a diferença também se manifesta no campo semântico na forma da escolha entre verdade e referência como a noção semântica mais fundamental. E Brandom não hesita em fazer a escolha pela primeira opção (2001, p. 7): “The topic to be discussed here (...) is intentionality in the sense of propositional contentfulness (...)”.⁶⁰

A ideia é que uma proposição (em oposição a termos singulares e predicados) é algo com relação a que um sujeito pode se posicionar – ela é uma posição no jogo intencional. Não apenas isso, mas ela também direciona o sujeito – ela exerce força sobre ele, na forma das inferências em que ela está envolvida. E uma proposição (bem como termos singulares e predicados) também é algo que pode se relacionar com o mundo. Com isso, o ponto de vista proposicional nos permite articular a ideia de dupla determinação de maneira adequada. E, em retrospecto, nós podemos ver o ganho que Brandom obteve ao colocar o foco na forma proposicional. Isto é, por meio da proposição ele conseguiu expressar de maneira natural aquilo que não pertence ao domínio objetivo da realidade: a normatividade.

Mas, como já dissemos, Brandom não vê as coisas em termos da noção de dupla determinação. E, apesar de apresentar a noção de verdade como uma rota alternativa para entender a *sapience*, no final das contas ele pretende integrar os dois pontos de vista (2001, p. 6-7):

⁵⁹ Uma abordagem rival ao conteúdo cognitivo centra-se no conceito de representação. (...)

[De acordo com essa visão] os estados e atos característicos de nós estão, em um sentido especial, relacionados a, sobre ou dirigidos a coisas.

(...) eles possuem conteúdo representativo [representacional].

Ter tal conteúdo é estar sujeito a avaliações de correção da representação, o que é uma maneira especial de estar responsável ou responder pelo que é representado.

⁶⁰ “O tema a ser discutido aqui (...) é a intencionalidade no sentido de conteúdo proposicional (...)”.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

The self-understanding in view so far identifies us by our cognitive capacities: we are makers and takers of reasons, seekers and speakers of truths. (...)

(...) The aim is to understand ourselves as judges and agents, as concept-users who can reason both theoretically and practically (...).⁶¹

Em outras palavras, a ideia é articular a noção de *self-understanding* em termos das noções de razão e verdade. O elemento comum dos dois é a linguagem. No caso da verdade, a linguagem suporta a nossa atividade de inspeção e manipulação do mundo – por meio do jogo das representações. E, no caso da razão, a linguagem suporta a regulação do nosso próprio comportamento ou a atividade de inspeção e manipulação daquilo que direciona o nosso comportamento – por meio do jogo das razões. Logo, nós podemos dizer que somos aqueles que falam sobre o mundo e sobre si mesmos. E que utilizam essa falação para guiar a sua atividade.

A estratégia de Brandom para integrar o ponto de vista da razão e o ponto de vista da verdade consiste em chamar atenção para um jogo pragmático que ocorre na base de tudo (*know-how*). Esse jogo pragmático suporta os movimentos mais básicos do jogo linguístico: asserção e inferência. Daí, esse jogo linguístico já é suficiente para dar suporte ao jogo das razões. E este, por sua vez, suporta o jogo das proposições. O esquema abaixo ilustra essa organização:

(verdadeiro, falso)	proposição	(semântica)
(certo, errado)	conceito, razão	(normatividade)
(regras)	forma proposicional	(sintaxe)
(asserção, inferência)	habilidades linguísticas básicas	(pragmatismo)

Figura 7

Aqui nós já reconhecemos todos os elementos da explicação racionalista. E é bem fácil identificar o primeiro deles: a linguagem ocupa o centro da explicação. De fato, o que Brandom nos oferece é uma teoria da linguagem – porque todas as camadas do esquema dizem respeito à linguagem.

⁶¹ A compreensão de nós mesmos até aqui nos identifica pelas nossas capacidades cognitivas: somos criadores e receptores de razões, buscadores e falantes de verdades. (...)
(...) O objetivo é entender a nós mesmos como julgadores e agentes, como usuários de conceitos que podem raciocinar tanto teoricamente quanto praticamente (...).

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

O segundo elemento é a estrutura dual sintaxe-semântica. Observe que nós já vimos isso antes. Na história de Haugeland, a dimensão semântica é o jogo de xadrez, e a explicação consiste em mostrar como essa atividade pode ser realizada por meio da articulação (sintática) das regras do jogo e de regras heurísticas. E na história de Dennett, a dimensão semântica é a tarefa de previsão do comportamento de um sistema intencional, e a explicação consiste em apontar para a capacidade de raciocínio prático (apoiada por um esquema conceitual).

Daí, a novidade que nós encontramos na história de Brandom é que a dimensão semântica é muito mais ampla: qualquer manifestação da intencionalidade discursiva humana. E a explicação é dada na forma da sua teoria da linguagem. Só que essa generalidade é conseguida desviando a atenção do mundo e olhando para como a linguagem dá suporte às atividades que nós realizamos no mundo – o jogo das razões e o jogo das proposições. Consequentemente, para todos os efeitos, o mundo desaparece da explicação.

A próxima observação não é um elemento da explicação racionalista, porque os autores não parecem trabalhar esse ponto sistematicamente. Mas, é uma semelhança que a gente nota entre o trabalho de Haugeland e o trabalho de Brandom. Quer dizer, a ideia é que a teoria da linguagem de Brandom tem um duplo aterramento semântico. De um lado, nós temos a semântica dos conteúdos proposicionais, que codificam como as coisas são ou estão no mundo. E, do outro lado, nós temos a semântica dos conteúdos conceituais, que codificam normas e convenções sociais. Daí, podemos interpretar essas duas dimensões semânticas como dois conjuntos de regras: as regras de um jogo qualquer que a gente joga no mundo, e as regras heurísticas que utilizamos para jogar bem. E aqui nós temos a estrutura da explicação da inteligência de Haugeland.

Essa maneira de ver as coisas faz sentido, porque nós já observamos que os fatores de determinação de um domínio qualquer podem ser projetados na linguagem – por meio dos procedimentos de formalização e representação. Então, no final das contas, as regras estão lá na linguagem mesmo – i.e., regras que descrevem regularidades do mundo e regras que articulam os nossos hábitos e modos de comportamento. E nós já observamos que a relação entre representação e normatividade pode se organizar na forma de uma dupla determinação. Isto é, uma dupla determinação que se resolve na linguagem, mas que reflete uma dupla determinação do nosso comportamento e interação com o mundo.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

Mas, não é assim que Brandom vê as coisas. Pois, a sua ideia é que os dois tipos de regra podem ser usados pelo sujeito para justificar os seus julgamentos e ações. Mais do que isso, os dois tipos de regra são algo a que o sujeito se vê obrigado ou comprometido a obedecer.

E aqui nós chegamos ao ponto mais importante das nossas observações: uma vez que todos os fatores de determinação relevantes já estão codificados em linguagem, não resta mais qualquer papel importante para o sujeito. De fato, Brandom não está interessado no sujeito. O seu projeto filosófico é explicar a infraestrutura linguística que dá ao sujeito a possibilidade de manifestar a racionalidade (*sapience*). Esse é o ponto de vista racionalista. Fora da linguagem nós seríamos como as bestas na selva – o nosso comportamento seria caracterizado pela *sentience*.

Mas, é um fato que nós nascemos e crescemos em comunidades linguísticas. E que nós adquirimos a capacidade de nos relacionar com o mundo e com os outros por meio da linguagem. Só que, do ponto de vista da narrativa racionalista, o sujeito não está envolvido em relações de dupla determinação – porque não há determinação semântica por parte do sujeito. O sujeito é um mero operador da linguagem. E na medida em que todos os fatores de determinação relevantes já estão codificados na linguagem, o sujeito pode ser substituído por uma máquina⁶². Daí que, no final das contas, nós temos aqui mais uma explicação da intencionalidade do robô.

E assim chegamos mais uma vez à nossa caricatura do racionalismo. Mas nós não temos a intenção de concluir que esse é o projeto filosófico dos autores que nós estamos examinando. O nosso entendimento é que o projeto racionalista pretende jogar luz no fato de que o comportamento humano é largamente condicionado, conduzido, ou governado por regras. E que em larga medida essas regras estão presentes na linguagem.

Até aqui tudo bem. Porque isso não precisa implicar necessariamente a perda da autonomia do sujeito – ou o seu desaparecimento. Mas o ponto é que, na ausência de uma discussão específica sobre como essa autonomia é efetivada, o equilíbrio entre os dois lados fica apenas implícito. Ele é testemunhado em nossas atividades cotidianas, mas não é objeto de análise filosófica. Essa é a limitação que nós queremos apontar no projeto racionalista.

A ferramenta que temos utilizado para examinar essa limitação é a noção de dupla determinação. Nós apontamos que a relação entre representação e normatividade

⁶² São ideias desse tipo que inspiram projetos como o *ChatGPT*.

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

pode ser entendida em termos de dupla determinação – onde a comunidade faz o papel de sujeito. Mas, ao deixar o sujeito (individual) de fora, a análise racionalista perde de vista a relação de dupla determinação entre o sujeito e a linguagem – articulando apenas a força de determinação da linguagem sobre o sujeito. De fato, a análise racionalista perde de vista todas as relações de dupla determinação envolvendo o sujeito – porque há dupla determinação para todo lado. Há dupla determinação com o mundo (engajamento cognitivo), com o grupo social (negociação), com a linguagem (pensamento, programação), e consigo mesmo (autoconsciência, autoprogramação). E ao perder tudo isso de vista, ela perde também uma dimensão do funcionamento da linguagem: como ela faz para dar suporte a tudo isso.

Referências:

BRANDOM, Robert. **Articulating Reasons: An Introduction to Inferentialism**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

BRANDOM, Robert. **Making It Explicit: Reasoning, Representing, and Discursive Commitment**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

BRANDOM, Robert. **Between Saying and Doing: Towards an Analytic Pragmatism**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DENNETT, Daniel C. **Three kinds of intentional psychology**. In: HEALEY, R. A. (org.), **Reduction, Time and Reality: Studies in the Philosophy of the Natural Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

DENNETT, Daniel C. **Cognitive wheels: the frame problem of AI**. In: Hookway, C. (ed.), **Minds, Machines and Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 129–150.

DENNETT, Daniel C. **Real Patterns**. In: *The Journal of Philosophy*, v. 88, n. 1., Jan. 1991, p. 27-51.

DENNETT, Daniel C. **True Believers: The Intentional Strategy and Why It Works**. In: HAUGELAND, John. *Mind Design II*. Cambridge: The MIT Press, 1997, p. 57-79.

DENNETT, Daniel C. **The Intentional Stance**. Cambridge: The MIT Press, 1998.

DENNETT, Daniel C.; HAUGELAND, John. **Review of Having Thought: Essays in the Metaphysics of Mind**. *The Journal of Philosophy*, v. 96, n. 8, Ago. 1999, p. 430-435.

HAUGELAND, John. **Semantic Engines: an introduction to mind design**. In: HAUGELAND, John. (ed.) **Mind Design**. Cambridge: The MIT Press, 1981, p. 34-50.

HAUGELAND, John. **Review of Brainstorms by Daniel C. Dennett**. *Noûs*, v. 16, n. 4, Nov., 1982, p. 613-619.

63

UM BREVE TRAJETO FILOSÓFICO COM OS RACIONALISTAS...

Carlos Eduardo Fisch de Brito / Ralph Leal Heck

HAUGELAND, John. **Artificial Intelligence: The Very Idea**. Cambridge: MIT Press, 1996.

PEACOCKE, C. **Three principles of rationalism**. *European journal of philosophy*, v. 10, n. 3, 2002, p. 375–397.

RADFORD, L. **On Inferentialism**. *Mathematics education research journal*, v. 29, n. 4, 2017, p. 493–508.

SELLARS, Willfrid. **Empiricism and The Philosophy of Mind**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

WEISS, Bernhard; WANDERER, Jeremy. (Orgs.) **Reading Brandom: On Making It Explicit**. London: Routledge, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Philosophical Investigations**. [Trans. G. E. M. Anscombe, P. M. S. Hacker; Joachim Schulte] 4th ed., Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2009.